

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A B2W Companhia Digital ("B2W" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Sacadura Cabral nº 102, no município e Estado do Rio de Janeiro, é resultante da fusão entre a Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico (Americanas.com) e a Submarino S.A., tendo suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código BTOW3. A B2W é controlada pela Lojas Americanas S.A. ("LASA" ou "Controladora"), companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos LAME3 - ON e LAME4 - PN.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam nas seguintes frentes: *e-commerce* por meio das marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime, Sou Barato e Supermercado Now; administração e promoção de cartão de crédito; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; *Marketplace*; e conta de pagamento digital por meio da Ame.

Pandemia do Corona Vírus – COVID-19

A B2W enviou comunicado ao mercado em 06 de abril de 2020 e sua controladora, Lojas Americanas, enviou comunicados ao mercado em 06 e 14 de abril de 2020, informando que criaram o "Comitê de Crise – Universo Americanas" para:

- (i) Monitorar a evolução diária e os impactos da pandemia da COVID-19;
- (ii) Priorizar ações que preservem a saúde dos nossos associados e clientes;
- (iii) Endereçar as respostas necessárias à crise;
- (iv) Garantir que o Universo Americanas continue a cumprir o seu papel social, fornecendo produtos e serviços necessários à população por meio das plataformas física e digital e ajustando nosso sortimento para melhor enfrentar os atuais desafios;
- (v) Estabelecer iniciativas colaborativas de forma a oferecer contribuições relevantes à sociedade neste momento difícil que vivemos; e
- (vi) Garantir uma comunicação consistente e fluida com os principais *stakeholders*, bem como estabelecer parcerias de impacto social com entes públicos e privados.

O Universo Americanas é composto por uma plataforma física (Americanas) e uma plataforma digital (B2W Digital) que se complementam e permitem atender as necessidades dos clientes de diversas formas.

O governo brasileiro vem tomando ações para a contenção da propagação do vírus desde a segunda quinzena de março 2020. O isolamento social recomendado, o fechamento compulsório de lojas e a consequente redução do consumo em lojas físicas, aconteceu de forma mais abrangente a partir de abril de 2020 e contribuiu para impulsionar as vendas da B2W e a quantidade de usuários dos serviços O2O (*online to offline*).

Ao longo do exercício de 2020, a B2W esteve 100% disponível para atender a população em todo o país e teve um ótimo desempenho. Para aumentar a oferta de itens e apoiar o comércio local, novos vendedores foram conectados ao *marketplace* B2W incrementando ainda mais o número de itens oferecidos.

Mesmo considerando o cenário de incertezas quanto à erradicação do surto pandêmico para a retomada normal das atividades e seu impacto negativo na economia do país, a administração avaliou os efeitos subsequentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro, inclusive nas suas projeções de resultado e geração de caixa, aplicando a sua melhor estimativa, e concluiu que não há necessidade de contabilização de provisões para perdas de ativos não financeiros e não há efeitos materiais adversos nas suas operações que coloquem em dúvida a sua continuidade operacional. A Companhia seguirá monitorando a situação da pandemia para manter atualizadas as suas projeções de geração de resultados e correspondentes análises de eventuais efeitos nas suas informações contábeis.

2. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados pelo valor justo e dos passivos financeiros que são mensurados ao custo amortizado.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 01 de março de 2021.

(a) Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos *pelo International Accounting Standards Board (IASB)* considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.1.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) “Arrendamentos” As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, exceto em relação às alterações do IFRS 16/CPC 06 (R2), cujos impactos estão mencionados na Nota 17.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações contábeis durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021.

- Alteração ao IAS 16 “Ativo Imobilizado”: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

- Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

- (ii) IFRS 16 – “Arrendamentos” - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação de não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações contábeis da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 14).

(b) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As atividades do Grupo estão concentradas na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização não presenciais, em especial a Internet. Apesar da diversidade de produtos vendidos e serviços prestados pelo Grupo (*e-commerce*; administração e promoção de cartão de crédito; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; *Marketplace*; e conta de pagamento digital), tais atividades não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes, sendo os seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada, basicamente, em uma única unidade de negócio. O Grupo atua também na área de produtos financeiros, por meio da controlada Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. e da Digital Finance Promotora de Crédito Ltda., que, por não atingirem os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não estão sendo apresentadas como um segmento operacional distinto.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações contábeis da controlada cuja moeda funcional não seja o real ("R\$") para moeda de apresentação real ("R\$") são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

2.5 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros títulos e valores mobiliários de curto prazo de alta liquidez, com intenção e possibilidade de serem resgatados em curto prazo, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos e passivos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas ou despesas financeiras” no exercício em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários, classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Receitas ou despesas financeiras”.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias; ou
- (iii) probabilidade que o devedor entrará em falência, ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

2.6.5 Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos

derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota 4.3. As movimentações nos valores de *hedge* classificados como Outros Resultados Abrangentes no patrimônio líquido estão demonstradas na nota 4.4.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como Outros Resultados Abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como “Outros ganhos (perdas), líquidos”.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue:

Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro (estoque, por exemplo), os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas (por exemplo, por meio do custo de vendas).

Os ganhos ou perdas relacionados à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou perda cumulativa e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado.

(b) Efetividade do *hedge*

A inefetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

O Grupo contrata *swaps* de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. O Grupo não aplica *hedge* a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*. Como houve correspondência de todos os termos essenciais durante o ano, a relação econômica foi 100% eficaz (nota 4.4).

A inefetividade do *hedge* de *swaps* de taxa de juros é avaliada utilizando os mesmos princípios adotados para *hedges* de compras em moeda estrangeira. Ela pode ocorrer devido:

- ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e
- diferenças nos termos essenciais entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos.

(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Outros ganhos (perdas), líquidos”.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão de perda de crédito estimada. São registradas também nessa rubrica as vendas efetuadas por meio de operações corporativas, destacadas como “Demais contas a receber” (nota 9).

As contas a receber de clientes, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação menos a provisão de perda de crédito estimada (“*Impairment*”).

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo médio de aquisição está apresentado líquido do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo) e das bonificações acordadas com fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto a sua adequação.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso:

- (i) da contraprestação transferida;
- (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e
- (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio de aquisição e controladas é registrado como “ativo intangível”.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(c) Softwares/Website

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de *websites* (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de

softwares e instalação de aplicativos nos sites), os direitos de uso de *software*, bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (IAS 38), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (nota 16).

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e *websites* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes dos novos *softwares* e *websites* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software/website* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software/website* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software/website* pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software/website* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software/website*;
- O gasto atribuível ao *software/website* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software/website*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares/websites* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de empréstimos incorridos durante o exercício de desenvolvimento do *software/website*. O montante dos encargos sobre os empréstimos capitalizados é obtido através da aplicação da taxa média ponderada dos empréstimos que estiveram vigentes durante o exercício sobre os investimentos realizados na obtenção do ativo e não excede o montante dos custos de empréstimos incorridos durante o exercício.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 15. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os impactos da contabilização dos custos dos empréstimos tomados com o propósito de adquirir e / ou construir ativos fixos qualificáveis não são relevantes em função do pouco tempo empregado na aquisição de máquinas e equipamentos de informática (seu principal ativo qualificável) e, portanto, não foram contabilizados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas e receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.12 Arrendamento

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do Grupo.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R1) / IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado pela taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial.

Passivos renegociados em conformidade com a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual autoriza em carácter excepcional, alterações em decorrência de benefícios obtidos em contratos de arrendamento relacionados à Covid-19, foram reconhecidos no resultado do exercício (nota 17 (b)).

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Os ágios ajustados a resultado do exercício por *impairment*, não são mais revertidos.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota 18).

2.15 Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 2,71% a.a. em 31 de dezembro

de 2020 (5,86% a.a. em 31 de dezembro de 2019), base das captações para as respectivas datas-bases. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada na rubrica “Fornecedores” (nota 18), em contrapartida da conta de “Estoques” (nota 10) e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras” (nota 29), pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica “Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados”.

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 3,45% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (6,31% a.a. em 31 de dezembro de 2019), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. Sobre os ajustes identificados, aplicou-se as alíquotas de impostos nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber de clientes” (nota 9), em contrapartida da conta de “Receita de Vendas” e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras” (nota 29) pela fruição do prazo.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objeto de *hedge*, de valor justo, tendo contratos de *swap* como instrumentos para fins de proteção às oscilações da taxa de câmbio estão registrados a VJR, conforme demonstrado na nota 4.1(a).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo avalia, ao menos uma vez por ano, a suficiência de suas provisões para eventos prováveis de ocorrerem ao longo do próximo exercício social.

2.18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos ativos e passivos, são apresentados na nota 12 (a).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O Grupo opera plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (ações BTOW3) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

O valor total a ser reconhecido como despesa ao longo do período de duração e aquisição de direito sobre ações dos planos (*vesting period*) é determinado mediante ao valor justo dos instrumentos outorgados, calculado na data da outorga dos programas de compra de ações, com base na cotação média dos fechamentos das ações na bolsa de valores onde são negociadas, sendo este valor total apropriado ao resultado, com ajuste correspondente no patrimônio líquido, pelo método linear durante o *vesting period*, considerando a expectativa de desistência.

Na data do balanço, o Grupo revisa as estimativas de desistência sobre a quantidade de ações que estão em *vesting period*, com base em dados históricos, e, reconhece o impacto da revisão das estimativas, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Na data da outorga do plano, os valores recebidos dos empregados, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal). As ações emitidas ou ações restritas, conforme o caso, emitidas no final do *vesting period* são também creditadas no capital social, mas com base na capitalização das reservas que foram constituídas durante o *vesting period*.

(b) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados além daqueles previstos na legislação trabalhista.

2.20 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 25).

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias e serviços são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. Para casos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como “Adiantamento recebido de clientes” classificadas no passivo circulante.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.13.

Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas projeções orçamentárias aprovadas pela administração (nota 16).

Não foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido e considera o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros. As premissas para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração e estão apresentadas na nota 12.

A expectativa para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos está demonstrada na nota 12 (b).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos.

(d) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro - IFRIC 23/ CPC 22

No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no IFRIC 23 / CPC 22 quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações contábeis. As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionadas a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro está divulgado na nota 23.

(e) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

(f) Crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

O crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da exclusão do ICMS na sua base de cálculo foi calculado considerando a melhor estimativa da administração determinada com base no levantamento dos documentos identificados e disponíveis. O longo período que envolve o direito ao crédito, compreendendo datas que antecedem a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica e a escrituração fiscal digital (SPED), gera maior complexidade na apuração dos valores.

Tendo em vista o posicionamento atual das autoridades fiscais sobre o critério para a mensuração dos créditos fiscais, que será objeto de confirmação pelo Supremo Tribunal Federal através do julgamento dos Embargos de Declaração interpostos pela União Federal no Recurso Extraordinário no 574.706, a Companhia, amparada em opinião de seus assessores jurídicos, optou por registrar, no 4o trimestre de 2019, créditos fiscais no montante R\$ 152 milhões, com base no critério atualmente reconhecido pelas autoridades fiscais (Solução COSIT no 13/18 e a IN no 1911/19), ou seja, os créditos fiscais foram mensurados com base no valor do ICMS efetivamente pago.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo

(a) Provisão de perda de crédito estimada

Fundamentada pela Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas da realização das contas a receber (nota 9).

(b) Perdas estimadas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques (nota 10).

(c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia se mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 15 e 16).

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em

premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(e) Ativos e passivos contingentes

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício (nota 11).

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo utiliza instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

O Grupo não possui opções, *swaptions*, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo utiliza-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

- *Swaps* tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos e Euro). Essas operações de *swap* referenciados em CDI e IPCA visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (nota 19) para moeda e taxa de juros locais. Essas operações (Euro) variam de 121,95% a 122,60% do CDI e possuem, em 31 de dezembro de 2020, um valor de referência R\$ 500.000 na controladora e no consolidado (R\$ 800.000 em 31 de dezembro de 2019, na controladora e no consolidado), e no consolidado (dólares americanos) a taxa de juros local é de IPCA + 6,957% a.a., com valor de referência de R\$

2.691.100. Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. O Grupo tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Posição ativa (Euro + Pré)		695.682	790.496	695.682	790.496
Posição passiva do <i>swap</i> (% CDI)		(504.012)	(816.561)	(504.012)	(816.561)
Saldo contábil de ajuste de <i>swap</i> (nota 19 (a))		191.670	(26.065)	191.670	(26.065)
		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Objeto do <i>hedge</i> (dívida)	Custo amortizado	717.836	802.770	717.836	802.770
	Valor justo	695.682	790.496	695.682	790.496
		22.154	12.274	22.154	12.274
<i>Swaps</i>					
Posição ativa (Euro + Pré)	Custo amortizado	(720.202)	(804.465)	(720.202)	(804.465)
	Valor justo	(695.682)	(790.496)	(695.682)	(790.496)
		(24.520)	(13.969)	(24.520)	(13.969)
Posição passiva (% CDI)	Custo amortizado	(506.378)	(818.256)	(506.378)	(818.256)
	Valor justo	(504.012)	(816.561)	(504.012)	(816.561)
		2.366	1.695	2.366	1.695
		22.154	12.274	22.154	12.274

- *Hedge accounting - Swaps Bonds* (registrados na conta de empréstimos e financiamentos) – Nota 4.4:

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Posição ativa (Dólar + Pré)		-	-	3.274.621	-
Posição passiva do <i>swap</i> (CDI + Pré)		-	-	(3.537.125)	-
Saldo contábil de ajuste de <i>swap</i> (nota 19 (a))		-	-	(262.504)	-
		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Objeto do <i>hedge</i> (dívida)	Custo amortizado	-	-	2.609.718	-
	Valor justo	-	-	2.444.286	-
		-	-	(165.432)	-
<i>Swaps</i>					
Posição ativa (Dólar + Pré)	Custo amortizado	-	-	(2.609.718)	-
	Valor justo	-	-	(3.274.621)	-
		-	-	664.903	-
Posição passiva (CDI + Pré)	Custo amortizado	-	-	(2.706.790)	-
	Valor justo	-	-	(3.537.125)	-
		-	-	(830.335)	-
		-	-	(165.432)	-

Considerando que a exposição do Grupo ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar e do Euro frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras do Grupo.

(ii) Risco de variação de índices financeiros

- *Hedge accounting* - *Swaps* debêntures (registrados na conta de empréstimos e financiamentos) – Nota 4.4:

A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos. Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco inflacionário, transformando o custo da dívida (nota 20) para um referenciador de maior previsibilidade, em CDI + 4,072% ao ano. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2020, um valor de referência de R\$ 3.100.000 na controladora e R\$ 408.900 no consolidado. Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. O Grupo tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Posição ativa (IPCA + Pré)		4.278.034	-	564.286	-
Posição passivo do <i>swap</i> (CDI + Pré)		(4.077.365)	-	(540.241)	-
Saldo contábil de ajuste de <i>swap</i> (Nota 20 (a))		200.669	-	24.045	-
		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Objeto do <i>hedge</i> (dívida)	Custo amortizado	3.166.613	-	417.686	-
	Valor justo	3.318.519	-	435.105	-
		151.906	-	17.419	-
<i>Swaps</i>					
Posição ativa (IPCA + Pré)	Custo amortizado	(3.166.613)	-	(417.686)	-
	Valor justo	(4.278.034)	-	(564.286)	-
		1.111.421	-	146.600	-
Posição passiva (CDI + Pré)	Custo amortizado	(3.117.850)	-	(411.060)	-
	Valor justo	(4.077.365)	-	(540.241)	-
		(959.515)	-	(129.181)	-
		151.906	-	17.419	-

(iii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar as aplicações de caixa, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do país, que são substancialmente (cerca de 93% do total), indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 82% das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis

de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de crédito estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	3.930.758			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	434.463	433.160	4.232.093	8.854.663
Arrendamentos a pagar	91.096	90.224	93.013	15.343

Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	2.665.242			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.322.361	461.152	5.663.804	646.166
Arrendamentos a pagar	78.240	54.487	118.236	40.212

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	4.068.103			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	434.463	482.297	4.254.711	8.854.663
Arrendamentos a pagar	106.201	101.010	100.972	15.343

Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	2.758.582			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.342.808	460.686	5.717.242	646.166
Arrendamentos a pagar	98.988	71.239	136.698	40.212

(d) Análise de sensibilidade adicional

• Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de swap registradas pelo Grupo, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos

em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI. A dívida bruta do Grupo em USD/EUR estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos em moeda estrangeira				
US\$	-	296.368	2.609.718	296.368
€	695.682	494.128	695.682	494.128
Taxa US\$ na data de fechamento	-	4,0307	5,1967	4,0307
Taxa € na data do fechamento	6,3779	4,5305	6,3779	4,5305
Taxa de US\$ final estimada, divulgada pelo Bacen	-	4,0900	5,0000	4,0900
Taxa de € final estimada, divulgada pelo Bacen	6,5650	4,6203	6,5650	4,6203

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% a 50% respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	Cenário provável	Controladora	
			Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Euro				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020		6,3779	6,3779	6,3779
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2021		6,5650	8,2063	9,8475
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação €)	20.408	199.431	378.453
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação €)	(20.408)	(199.431)	(378.453)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo
				Consolidado
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020		5,1967	5,1967	5,1967
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2021		5,0000	6,2500	7,5000
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(98.780)	528.954	1.156.689
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	98.780	(528.954)	(1.156.689)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo
Euro				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020		6,3779	6,3779	6,3779
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2021		6,5650	8,2063	9,8475
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação €)	20.408	199.431	378.453
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação €)	(20.408)	(199.431)	(378.453)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

O Grupo mantém grande parte da sua dívida, aproximadamente 93%, e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). O caixa (dívida) líquido (a) estava assim representado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa líquido:				
- Caixa e equivalentes de caixa	6.630.363	3.533.847	6.634.287	3.535.807
- Títulos e valores mobiliários	4.332.294	2.943.891	4.491.969	3.172.266
- Empréstimos e financiamentos	(4.449.991)	(6.167.023)	(7.371.004)	(6.233.126)
- Debêntures	(2.946.186)	(200.214)	(391.035)	(200.214)
	3.566.480	110.501	3.364.217	274.733
Taxa do CDI na data de fechamento	1,90%	4,40%	1,90%	4,40%
Taxa do CDI final estimada divulgada pelo Bacen	3,00%	4,50%	3,00%	4,50%

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2020	1,90%	1,90%	1,90%
Caixa líquido	3.566.480	3.566.480	3.566.480
Taxa anual estimada do CDI em 2020	3,00%	3,75%	4,50%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	39.231	65.980	92.728

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2020	1,90%	1,90%	1,90%
Caixa líquido	3.364.217	3.364.217	3.364.217
Taxa anual estimada do CDI em 2020	3,00%	3,75%	4,50%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	37.006	62.238	87.470

4.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

O Grupo monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros

pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo utiliza abordagem de mercado para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros.

O Grupo aplica o CPC 46/IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (Nível 1) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- (Nível 3) inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Fundo de Investimento - FIDC	-	80.592	-	80.592
CDB	-	9.609.491	-	9.609.491
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	1.430.395	-	1.430.395
Contas a receber de clientes	-	1.726.119	-	1.726.119
Total do ativo	-	12.846.597	-	12.846.597
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Moeda Estrangeira)	-	695.682	-	695.682
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de bonds	-	262.504	-	262.504
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de debêntures	-	(24.045)	-	(24.045)
Derivativos usados para <i>hedge</i> - swap	-	(191.670)	-	(191.670)
Total do passivo	-	742.471	-	742.471

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Fundo de Investimento - FIDC	-	224.775	-	224.775
CDB	-	5.217.596	-	5.217.596
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	1.250.523	-	1.250.523
Contas a receber de clientes	-	692.735	-	692.735
Total do ativo	-	7.385.629	-	7.385.629
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Moeda Estrangeira)	-	790.496	-	790.496
Derivativos usados para <i>hedge</i> - swap	-	26.065	-	26.065
Total do passivo	-	816.561	-	816.561

Não existem ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a acordo de compensações.

4.4 Contabilidade de *hedge accounting*

A Companhia e suas controladas efetuaram a emissão de títulos de dívida, *Bonds* no exterior e no mercado interno debêntures, os quais possuem exposição a riscos relacionados às oscilações de moeda estrangeira e índices de inflação. Em decorrência das operações, a Companhia e suas controladas fizeram o uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco das oscilações das variações do câmbio e dos índices atrelados à inflação utilizando a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Após estudos técnicos, baseados no CPC 48, as operações decorrentes da aplicação da contabilidade de *hedge accounting*, foram classificadas na categoria de “*cash flow*”. Os efeitos da valorização ou desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registrados em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes (*Hedge* de fluxo de caixa), no patrimônio líquido. Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge accounting* ou se o instrumento de *hedge* for descontinuado, a contabilidade de *hedge* será liquidada prospectivamente. A efetividade do *hedge* está demonstrada na nota 4.1.

Abaixo apresentamos os efeitos no patrimônio líquido, do *hedge accounting* na categoria de “*cash flow*” constituída no exercício:

Companhia	Swap sobre título emitido	Outros resultados abrangentes	IR e CSLL diferidos	Efeito líquido
B2W LUX	Bonds	(299.919)	101.973	(197.946)
B2W	Debêntures	151.906	(51.648)	100.258

As reservas de cobertura divulgadas acima referem-se aos seguintes instrumentos de cobertura:

	Custo de reserva de <i>Hedge</i>	Taxa de juros swaps	Total Reserva de <i>Hedge</i>
Saldo de abertura em 01 de janeiro de 2020	-	-	-
Debêntures			
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA	200.669	-	200.669
Reclassificação do ORA para resultado	-	(48.763)	(48.763)
Tributos Diferidos	(68.227)	16.579	(51.648)
Subtotal (1) - Debêntures	132.442	(32.184)	100.258
Bonds			
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA	(439.127)	-	(439.127)
Reclassificação do ORA para resultado	-	139.208	139.208
Tributos Diferidos	149.303	(47.330)	101.973
Subtotal (2) - Bonds	(289.824)	91.878	(197.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(157.382)	59.694	(97.688)

5. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente
Total			
Em 31 de dezembro de 2020			
Ativos			
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa	-	11.120.478	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	588.743	1.726.119	-
Caixa	5.778	-	-
	594.521	12.846.597	-
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente
Total			
Em 31 de dezembro de 2020			
Passivos			
Empréstimos			
Moeda nacional	4.011.922	-	-
Moeda estrangeira	2.592.566	695.682	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	(191.670)	262.504
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	5.018.224	-	-
Debêntures	415.080	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	(24.045)
	12.037.792	504.012	238.459
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente
Total			
Em 31 de dezembro de 2019			
Ativos			
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa	-	6.692.894	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	584.756	692.735	-
Caixa	15.179	-	-
	599.935	7.385.629	-
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente
Total			
Em 31 de dezembro de 2019			
Passivos			
Empréstimos			
Moeda nacional	5.416.565	-	-
Moeda estrangeira	-	790.496	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	26.065	-
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.569.907	-	-
Debêntures	200.214	-	-
	9.186.686	816.561	-

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil (todas instituições de primeira linha) e os recebíveis da Companhia e suas controladas são essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito, que possuem reduzidos níveis de risco de crédito, conforme avaliação das principais agências de *rating*.

A exposição do Grupo aos usos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 4.1. Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou utilizar os ativos citados acima.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recursos em caixa e bancos	1.854	13.219	5.778	15.179
Certificados de Depósito Bancário - CDB's (i)	6.628.509	3.504.490	6.628.509	3.504.490
Letras de Arrendamento Mercantil (ii)	-	16.138	-	16.138
	6.630.363	3.533.847	6.634.287	3.535.807

- (i) Remunerados a uma taxa de até 107,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (de até 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Os CDB's classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.
- (ii) Remunerados a uma taxa de até 103,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019. As LAM's classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's (i)	2.840.789	1.501.924	2.980.982	1.713.107
Letras de Arrendamento Mercantil (ii)	-	145.247	-	148.047
Letras Financeiras (iii)	1.410.913	1.071.945	1.430.395	1.086.337
Cotas subordinadas (Fênix-FIDC (a))	33.430	31.324	33.430	31.324
Cotas sênior (Fênix-FIDC (b))	31.054	192.951	31.054	192.951
Cotas mezanino (Fênix-FIDC (c))	16.108	500	16.108	500
	4.332.294	2.943.891	4.491.969	3.172.266
Parcela do circulante	4.251.702	2.719.116	4.411.377	2.947.491
Parcela do não circulante	80.592	224.775	80.592	224.775

- (i) Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 107,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (de até 105,5% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.
- (ii) Letras de Arrendamento Mercantil (LAM's), integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 103,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.
- (iii) As Letras Financeiras, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remuneradas a uma taxa de até 107,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (de até 107,5% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

(a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Fênix FIDC do Varejo II

Em outubro de 2018, foi aprovada pela administração da Companhia a estruturação do Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II ("Fênix FIDC do Varejo II"), com prazo de duração de 20 (vinte) anos, cujo objetivo definido em regulamento é a aquisição de direitos de crédito de titularidade da Companhia, entre outros, originários por meio de cartões de crédito utilizados em operações de compra e venda de produtos e serviços, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas de credenciadores de estabelecimentos comerciais.

O "Fênix FIDC do Varejo II", iniciou suas operações em fevereiro de 2019, e emitiu 1.100.000 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.017.500 cotas seniores com rentabilidade alvo teto correspondente a 106,50% da variação do DI e 82.500 cotas subordinadas, sendo 30.000 cotas subscritas pela Companhia e 52.500 subscritas pela controladora Lojas Americanas, totalizando as cotas seniores e subordinadas a um Patrimônio líquido de R\$ 1.100.000 do "Fênix FIDC do Varejo II".

A totalidade do valor das cotas seniores correspondente ao principal investido será amortizada/resgatada em uma única data, no dia útil correspondente ao término do exercício de 5 (cinco) anos a partir de sua data de emissão. O valor das cotas seniores correspondente à rentabilidade acrescida às cotas seniores após sua data de emissão será amortizado semestralmente, a partir da data de emissão.

A estrutura do Fênix FIDC do Varejo II, bem como a remuneração das cotas está assim representada:

Cotas	Quantidade	%	2020	2019	Benchmark - DI
Sênior	1.017.500	91,8%	1.025.218	1.039.107	106,50%
Subordinada	82.500	8,2%	91.933	86.142	-
		100,0%	1.117.151	1.125.249	

Balanços Patrimoniais em:

	2020	2019
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	4.723	4
Títulos e valores mobiliários	455.188	299.967
Contas a receber		
Lojas Americanas	386.726	364.181
B2W	270.625	448.982
Outros	2	12.226
Total do ativo	1.117.264	1.125.360

Passivo

Contas a pagar (Circulante)	113	111
Financiamentos (Não circulante)	1.025.218	1.039.107
Patrimônio líquido	91.933	86.142
Total do passivo e patrimônio líquido	1.117.264	1.125.360

Demonstrações dos resultados nos exercícios findos em:

	2020	2019
Receitas financeiras	10.700	3.298
Despesas financeiras	(4.909)	(2.956)
Lucro do exercício	5.791	342

(b) Fenícia Fundo De Investimento em Direitos Creditórios

A Companhia detém 31.509 cotas do Fundo Fenícia (197.762 cotas em 31 de dezembro de 2019), que tem por objeto captar recursos para aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios de terceiros, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo. É constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que suas Cotas poderão ser resgatadas durante o prazo de duração do Fundo, em conformidade com o disposto neste Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do fundo.

(c) Faísca Fundo De Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

A Companhia detém 18.012 cotas do Fundo Faísca (1.000 cotas em 31 de dezembro de 2019), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do fundo.

(d) Movimentação dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 107,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (de até 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2019	1.717.267	1.916.761
Adições	11.857.667	12.495.874
Alienações	(10.221.494)	(10.830.820)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(409.549)	(409.549)
Em 31 de dezembro de 2019	2.943.891	3.172.266
Adições	17.223.603	17.664.748
Alienações	(12.727.320)	(13.237.165)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(3.107.880)	(3.107.880)
Em 31 de dezembro de 2020	4.332.294	4.491.969

9. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cartões de crédito (i)	1.465.928	261.017	1.485.168	261.017
Carteira Digital (ii) (nota 13)	22.375	-	22.375	-
Fundo de Investimento - FIDC (nota 19 (a))	270.625	448.982	270.625	448.982
Demais contas a receber (iii)	65.137	64.609	118.399	111.324
	<u>1.824.065</u>	<u>774.608</u>	<u>1.896.567</u>	<u>821.323</u>
Ajuste a valor presente (nota 2.15) (iv)	(13.076)	(8.179)	(13.076)	(8.179)
Provisão de perda de crédito estimada	(23.220)	(15.261)	(44.574)	(50.997)
	<u>1.787.769</u>	<u>751.168</u>	<u>1.838.917</u>	<u>762.147</u>

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.
- (ii) Saldo em aberto na plataforma Ame Digital.
- (iii) Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas.
- (iv) O ajuste a valor presente foi calculado sobre o contas a receber líquido das antecipações do FIDC.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	1.814.417	749.025	1.837.177	783.149
<i>Vencidos:</i>				
até 30 dias	2.477	8.324	23.592	10.593
31 a 60 dias	243	5.795	21.319	6.422
61 a 90 dias	341	3.418	617	3.746
91 a 120 dias	35	1.163	1.704	1.687
121 a 180 dias	27	804	894	1.786
> 180 dias	6.525	6.079	11.264	13.940
	1.824.065	774.608	1.896.567	821.323

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos.

A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(15.839)	(45.004)
Adições / Reversões	578	(5.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(15.261)	(50.997)
Adições / Reversões	(7.959)	6.423
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(23.220)	(44.574)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias para revenda	1.602.506	888.396	1.708.579	950.451
Ajuste a valor presente (nota 2.15)	(12.374)	(2.836)	(12.374)	(2.836)
Suprimentos e embalagens	5.453	2.608	5.453	3.767
	1.595.585	888.168	1.701.658	951.382

Os saldos acima estão apresentados pelos valores líquidos da provisão para perdas por inventários, obsolescência e baixo giro. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(71.344)
Adições / Reversões	5.495
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(65.849)
Adições / Reversões	6.456
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(59.393)

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	201.137	201.266	210.433	209.949
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	61.921	48.459	66.332	52.991
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.477.471	1.357.455	1.492.071	1.360.972
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	191.759	239.996	200.446	247.509
Outros	8.592	8.592	9.754	9.883
	1.940.880	1.855.768	1.979.036	1.881.304
Parcela do circulante	647.153	658.600	685.309	684.136
Parcela do não circulante	1.293.727	1.197.168	1.293.727	1.197.168

Considerando as regras de tributação atualmente vigentes, segue expectativa de realização dos principais impostos a recuperar:

Em	Controladora		
	PIS e COFINS	IR e CSLL	ICMS
2021	385.457	167.321	94.375
2022	545.556	24.438	67.330
2023	546.458	61.921	39.432
	1.477.471	253.680	201.137

- PIS e COFINS: A Companhia espera recuperar R\$ 385.457 em 2021 e R\$ 1.092.014 em até 2 anos (2022 a 2023) através de débitos via apuração e compensação com outros tributos federais.

- IRPJ e CSLL: A Companhia espera recuperar R\$ 253.680 em até 3 anos (2021 a 2023), através de pedido de restituição e/ou compensação com outros tributos federais.

- ICMS: A Companhia espera recuperar os créditos de ICMS com suas próprias operações no valor de R\$ 94.375 em 2021 e R\$ 106.762 em até 2 anos (2022 a 2023).

A Companhia avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial o saldo líquido da expectativa de recuperação.

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
			Ativo	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízos fiscais	754.113	756.338	787.709	780.382
Bases negativas de contribuição social	271.481	272.281	283.576	280.940
Diferenças temporárias				
Contingências	19.607	19.157	19.607	19.157
Operações de swap não liquidados	-	14.471	2.942	17.417
Ajuste a valor presente créditos e obrigações	36.369	40.843	36.369	40.843
Provisões para perdas no estoque, perda de crédito estimada e outras provisões	250.248	196.894	258.948	216.165
Operações de arrendamento	11.914	9.898	13.154	12.661
Capitalização de juros	1.741	-	1.741	-
Hedge de fluxo de caixa	-	-	101.972	-
Outros	4.380	9.967	15.577	17.892
	1.349.853	1.319.849	1.521.595	1.385.457
	Controladora		Consolidado	
			Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Operações de swap não liquidados	2.737	-	2.737	-
Capitalização de juros	-	15.192	-	15.192
Créditos tributários extemporâneos	37.789	37.789	37.789	37.789
Hedge de fluxo de caixa	51.648	-	51.648	-
Outros	4.405	2.307	7.804	5.707
	96.579	55.288	99.978	58.688
Saldo líquido	1.253.274	1.264.561	1.421.617	1.326.769

A controladora e todas as demais controladas possuem posição líquida ativa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

(b) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
2023	30.930	35.085
2024	106.370	120.658
2025	245.799	278.816
2026	398.787	452.353
2027	471.388	534.705
	1.253.274	1.421.617

A realização dos impostos diferidos foi determinada com base no plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia e são revisados pelo menos a cada exercício.

As projeções são efetuadas através de fluxos de caixa operacionais iniciados a partir do exercício de 2020, em termos nominais, considerando a inflação da economia pelas variações de índices financeiros de mercado utilizando o exercício máximo de 10 anos.

A Administração reitera a confiança no seu Plano de Negócios, que tornou a estrutura operacional das plataformas de desenvolvimento de negócios mais robusta e seguirá monitorando seus indicadores internos e os externos como forma de ratificar as suas estimativas.

(c) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(247.965)	(468.592)	(249.603)	(462.696)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	84.308	159.321	84.865	157.317
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil				
Participação em controladas e coligadas	(27.082)	9.247	(29.102)	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(20.019)	(18.214)	(16.918)	(12.859)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	37.207	150.354	38.845	144.458
Correntes	(3.154)	-	(5.022)	(17.745)
Diferidos	40.361	150.354	43.867	162.203
Imposto de renda e contribuição social	37.207	150.354	38.845	144.458
Alíquota efetiva	15%	32%	16%	31%

13. Transações com partes relacionadas

	A receber (a pagar)		Receita (despesa)	
	2020	2019	2020	2019
Operações com a Controladora				
Lojas Americanas S.A. (i)	(111.604)	(20.367)	171.119	149.149
- Aluguel Sede, Centros de distribuição e diversos	(7.092)	(6.227)	(18.713)	(19.541)
- Mercadorias de revenda - venda	2.886	26.128	140	657
- Mercadorias de revenda - compra	(1.158)	(3.255)	(517)	(413)
- Plataforma Serviços Digitais e operações O2O	(181.350)	(133.974)	3.388	(18.459)
- Operações Lojas Americanas x QSM/ ST	32.750	36.558	21.214	80.751
- Operações Lojas Americanas x Direct	42.357	35.213	88.717	64.863
- Operações Lojas Americanas x BIT Services	3	25.190	76.890	41.291
Operações com Coligadas				
AME Digital	(2.304)	-	(250.788)	-
- Outros contas a pagar/receber B2W x AME (ii)	(2.309)	-	(251.153)	-
- Operações AME x Direct	1	-	361	-
- Operações AME x BIT Services	4	-	4	-
Ativo Circulante – Consolidado	-	-		
Passivo Circulante - Consolidado	(113.908)	(20.367)		
Operações com controladas (ii)	46.179	90.501	(2)	(62)
B2W Rental	39.462	39.462	-	-
Submarino Finance	66	156	-	-
BIT Services	3.548	43.320	-	-
Direct	(3.438)	887	(2)	(62)
Demais contas a receber	6.596	6.837	-	-
Demais contas a pagar	(55)	(161)	-	-
Outras operações com controladas	(187.649)	(132.249)	-	(17)
Transporte de mercadorias				
Direct	(135.226)	(103.248)	-	-
Transação mercantil				
ST	(29.294)	-	-	-
QSM	(9.230)	(28.955)	-	(17)
Desenvolvimento de sistemas				
BIT Services	(13.899)	(46)	-	-
Ativo Circulante – Controladora	6.662	50.267		
Ativo Não Circulante – Controladora	39.462	39.462		
Passivo circulante - Controladora	(376.617)	(248.805)		
Contas a Receber (iii)	22.375	-	(65.399)	-
AME Digital	22.375	-	(65.399)	-
Debêntures	(2.555.151)	(200.214)	(63.062)	(15.098)
BWU (iv)	-	(200.214)	(5.236)	(15.098)
B2W LUX (vide nota 20)	(2.555.151)	-	(57.826)	-

(i) Referem-se a operações de compra e venda de mercadorias, reembolso de despesas e prestação de serviços de transporte e de tecnologia.

(ii) Referem-se, principalmente, a reembolso de despesas e outros serviços.

(iii) Os recebíveis por meio da carteira digital - AME estão apresentados na rubrica "Contas a receber de cliente" (nota 9).

(iv) Em 7 de dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a primeira emissão privada de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no montante de R\$ 200.000. A emissão não foi objeto de registro perante a CVM, uma vez que as debêntures foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, totalmente subscrita pela BWU Comércio Entretenimento S.A., subsidiária integral da controladora Lojas Americanas S.A. Os requisitos e características da emissão estão relacionados na nota 20. Em 24 de agosto de 2020, a Companhia realizou o resgate antecipado total das debêntures.

14. Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	BFF	Finance	ST Importações	QSM	BIT Services (i)	Digital Finance	Rental	Mesa- express	SuperNow (ii)	Ame Digital Brasil	Ame Pay Cayman	B2W LUX	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	181.402	87.102	76.461	28.576	228.861	10.573	(23.228)	3	-	-	-	-	589.750
Equivalência patrimonial	1.565	10.337	12.263	1.675	3.402	2.618	(61)	-	-	(3.714)	-	-	28.085
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.567	-	-	27.567
Baixa Mais Valia	-	-	-	-	(889)	-	-	-	-	-	-	-	(889)
Constituição com bens tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.840	-	-	41.840
Adoção inicial IFRS 16	(1.483)	-	(78)	(1.108)	(1.076)	-	-	-	-	-	-	-	(3.745)
Transferência para a provisão para perdas com investimentos	-	-	-	-	-	-	23.289	-	-	-	-	-	23.289
Saldo em 31 de dezembro de 2019	181.484	97.439	88.646	29.143	230.298	13.191	-	3	-	65.693	-	-	705.897
Transferência de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.126)	38.126	-	-
Equivalência patrimonial	1.939	(1.376)	5.571	4.748	11.403	(970)	(8)	-	(15.155)	(36.562)	(49.031)	604	(78.837)
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.253)	-	-	-	(15.253)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	16.500	126.915	-	-	143.415
Aumento de Capital	-	-	-	-	40.404	-	-	-	20.656	-	-	107	61.167
Aumento/redução de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.073)	9.073	-	-
Hedge de fluxo de caixa - resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(197.946)	(197.946)
Ágio em aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	28.060	-	-	-	28.060
Menos valia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.209	-	-	-	2.209
Baixa Mais Valia	-	-	-	-	(815)	-	-	-	-	-	-	-	(815)
Transferência para a provisão para perdas com investimentos	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	1.832	197.235	199.075
Saldo em 31 de dezembro de 2020	183.423	96.063	94.217	33.891	281.290	12.221	-	3	37.017	108.847	-	-	846.972

(i) Inclui ágio por rentabilidade futura na aquisição da controlada no valor de R\$ 43.794.

(ii) O valor do aumento de capital de R\$ 20.656 é composto de R\$ 15.594 correspondente à negociação da transação (nota 14 (c)) e R\$ 5.062, de aporte primário.

(b) Ame Digital

A AME Digital Brasil Ltda. “AME”, constituída em 31 de julho de 2019, plataforma mobile de negócios, desenvolvida em conjunto pela Companhia e sua controladora Lojas Americanas, tem por objeto social, basicamente, a prestação de serviços com tecnologias avançadas envolvendo estruturas de pagamento em vendas físicas e digitais inclusive através de parcerias com outras empresas, de varejo ou não com vantagens para os consumidores finais. Foi promovida uma reestruturação societária, na AME Brasil, com a constituição de duas novas empresas no exterior na qualidade de uma *holding* e uma sub *holding*, sendo estas, a Ame Pay Cayman LTD, controladora integral da Ame Pay Delaware Holding LLC. Em decorrência deste fato a Companhia e sua controladora Lojas Americanas permaneceram com 1 (uma) cota cada, cedendo à Ame Pay Cayman LTD suas demais cotas de participação na AME Brasil, passando então a deter coligação indireta e controle na mesma proporção anterior, ou seja 43,08% e 56,92% respectivamente.

(c) Informações sobre investimentos em controladas e coligadas

	31 de dezembro de 2020			
	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) líquido ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição Ltda.	100,00	163.198	183.419	1.939
ST Importações Ltda.	100,00	4.050	94.217	5.571
Mesa Express Serv. de Informação da Internet S.A.	99,99	275	-	-
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	100,00	12.005	96.063	(1.376)
QSM Distribuidora e Logística Ltda.	100,00	5.000	33.891	4.748
BIT Services Tecnologia e Inovação Ltda.	100,00	210.417	237.347	10.588
Digital Finance Promotora Ltda.	100,00	500	12.221	(970)
B2W Rental S.A.	99,96	2	(23.307)	(8)
SuperNow Portal e Serviços de Internet Ltda.	100,00	21.008	6.747	(15.155)
B2W Lux S.à.R.L	100,00	108	(197.234)	604
Controladas indiretas				
Click - Rodo Entregas Ltda.	100,00	44.928	11.993	(212)
Direct Express Logística Integrada S/A	100,00	237.755	82.657	2.151
Coligadas				
Ame Digital Brasil Ltda.	22,01	198.614	248.414	(198.689)
Ame Pay Cayman LTD.	43,08	97.124	(4.253)	(113.816)
	31 de dezembro de 2019			
	% Participação	Capital social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) líquido ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição Ltda.	100,00	163.198	181.480	1.565
ST Importações Ltda.	100,00	4.050	88.646	12.263
Mesa Express Serv. de Informação da Internet S.A.	99,99	275	-	-
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	100,00	12.005	97.439	10.337
QSM Distribuidora e Logística Ltda.	100,00	5.000	29.713	1.675
BIT Services Tecnologia e Inovação Ltda.	100,00	170.013	192.207	2.513
Digital Finance Promotora Ltda.	100,00	500	13.191	2.618
B2W Rental S.A.	99,96	2	(23.298)	(61)
Controladas indiretas				
Click - Rodo Entregas Ltda.	100,00	44.928	12.205	(142)
Direct Express Logística Integrada S/A	100,00	237.755	80.506	(604)
Coligada				
Ame Digital Brasil Ltda.	43,08	97.124	152.491	(8.622)

(d) Demais informações sobre controladas

(i) Supermercado Now

No dia 13 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social do SuperNow Portal e Serviços de Internet Ltda. ("Supermercado Now"), uma plataforma inovadora de e-commerce focada na categoria de Supermercado no Brasil.

O valor da transação, devido aos vendedores, é de R\$ 15.016, sendo R\$ 1.181 pagos à vista e a maior parte do valor restante, condicionado ao atingimento de metas até 2022. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 14.444 (nota 21) a ser liquidado até 2024.

Adicionalmente, fez parte da negociação, o montante de R\$ 17.984 para quitação de obrigações da Supermercado Now com terceiros via integralização de capital, sendo R\$ 15.594 no ato da aquisição e R\$ 2.390 a serem efetuados nos próximos 4 anos.

O ágio totaliza R\$ 28.060 e foi apurado pela expectativa de rentabilidade futura, originada no benefício gerado à Companhia pela expansão de sua atuação no varejo de alimentos, oferecendo um sortimento ainda mais completo para a sua base de clientes. A alocação do preço de compra com base no valor justo de ativos e passivos está apresentado abaixo:

Valor justo do passivo a descoberto (1)	(13.044)
Contraprestação (2)	<u>15.016</u>
Ágio (2) - (1)	28.060

ATIVO

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	4
Contas a receber	78
Outros ativos circulantes	<u>472</u>
Total do ativo circulante	<u>554</u>

Não circulante

Depósitos judiciais	89
Imposto de renda e contribuição social diferidos	658
Imobilizado	24
Intangível	<u>12.539</u>
Total do ativo não circulante	<u>13.310</u>

Total do ativo	<u>13.864</u>
-----------------------	----------------------

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo

Circulante

Fornecedores	1.740
Empréstimos	1.007
Salários e encargos sociais	430
Outros passivos circulantes	<u>2.961</u>
Total do passivo circulante	<u>6.138</u>

Não circulante

Empréstimos	9.837
Passivos Contingentes	<u>10.933</u>
Total do passivo não circulante	<u>20.770</u>

Patrimônio líquido	<u>(13.044)</u>
---------------------------	------------------------

Total do passivo e do patrimonio liquido	<u>13.864</u>
---	----------------------

(ii) B2W LUX S. à. R.L

Emissão de Títulos Representativos de Dívida (Bonds)

Em reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 14 de novembro de 2020, complementada pela RCA realizada em 18 de novembro de 2020, foi aprovada a emissão, através da subsidiária integral da Companhia, B2W Digital Lux S. à. r. l., com sede em Luxemburgo, de títulos representativos de dívida (Bonds), emitidos no mercado dos Estados Unidos da América. O montante emitido no total de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos), tem prazo de vencimento em 15 de dezembro de 2030, ou seja, 10 anos e remuneração anual de 4,375%. O valor líquido dos custos de captação recebidos, em novembro de 2020, pela controlada foi de US\$ 498.980. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo total dos Bonds era de R\$ 2.872.222, reconhecidos no balanço patrimonial consolidado. Os encargos financeiros reconhecidos pela controlada no exercício são de R\$ 15.690, registrados na demonstração do resultado consolidado da Companhia.

15. Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	5.704	50.004	312.779	45.929	-	1	414.417
Aquisições	-	1.918	17.617	132	4.418	45	24.130
Baixas	-	(29)	(28)	-	-	-	(57)
Transferências	-	55	-	3.961	(4.016)	-	-
Depreciação	-	(5.677)	(41.661)	(7.021)	-	-	(54.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.704	46.271	288.707	43.001	402	46	384.131
Aquisições	-	1.104	20.705	-	13.477	346	35.632
Baixas	-	(94)	(8.532)	-	-	-	(8.626)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(5.556)	(39.506)	(7.038)	-	(15)	(52.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.704	41.725	261.374	35.963	13.879	377	359.022
Saldos em 31 de dezembro de 2019:							
Custo total	5.754	116.877	577.011	30.786	75.282	133	805.843
Baixas	(50)	(873)	(3.620)	(10.247)	(4.952)	(1)	(19.743)
Transferências	-	(935)	2.048	68.761	(69.928)	54	-
Depreciação acumulada	-	(68.798)	(286.732)	(46.299)	-	(140)	(401.969)
Valor residual	5.704	46.271	288.707	43.001	402	46	384.131
Saldos em 31 de dezembro de 2020:							
Custo total	5.754	117.981	597.716	30.786	88.759	479	841.475
Baixas	(50)	(967)	(12.152)	(10.247)	(4.952)	(1)	(28.369)
Transferências	-	(935)	2.048	68.761	(69.928)	54	-
Depreciação acumulada	-	(74.354)	(326.238)	(53.337)	-	(155)	(454.084)
Valor residual	5.704	41.725	261.374	35.963	13.879	377	359.022
Taxa anual de depreciação	-	7% a 10%	4% a 20%	Prazo contratos	-	10%	

	Consolidado								
	Terrenos	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens para locação	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	5.704	55.606	323.385	39.260	1	10.999	103	441	435.499
Aquisições	-	2.359	21.710	1.008	-	6.209	642	-	31.928
Baixas	-	(29)	(55)	-	-	-	-	-	(84)
Transferências	-	-	107	1.684	-	(1.791)	-	-	-
Depreciação	-	(6.454)	(45.413)	(7.514)	(1)	-	(95)	-	(59.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.704	51.482	299.734	34.438	-	15.417	650	441	407.866
Aquisições	-	3.250	28.991	687	-	15.707	3.535	-	52.170
Baixas	-	(640)	(10.868)	-	-	-	(581)	-	(12.089)
Transferências	-	1.016	19	7.940	-	(8.975)	-	-	-
Depreciação	-	(6.055)	(41.874)	(7.744)	-	-	223	-	(55.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.704	49.053	276.002	35.321	-	22.149	3.827	441	392.497
Saldos em 31 de dezembro de 2019:									
Custo total	5.754	130.565	607.106	24.837	27.397	98.010	7.825	2.520	904.014
Baixas	(50)	(1.490)	(4.636)	(15.214)	(2.321)	(6.296)	(57)	398	(29.666)
Baixas na venda de empresas controladas	-	(97)	(219)	(63)	-	(11)	-	-	(390)
Transferências	-	(3.132)	3.953	75.482	2.306	(76.286)	-	(2.321)	2
Depreciação acumulada	-	(74.364)	(306.470)	(50.604)	(27.382)	-	(7.118)	(156)	(466.094)
Valor residual	5.704	51.482	299.734	34.438	-	15.417	650	441	407.866
Saldos em 31 de dezembro de 2020:									
Custo total	5.754	133.815	636.097	25.524	27.397	113.717	11.360	2.520	956.184
Baixas	(50)	(2.130)	(15.504)	(15.214)	(2.321)	(6.296)	(638)	398	(41.755)
Baixas na venda de empresas controladas	-	(97)	(219)	(63)	-	(11)	-	-	(390)
Transferências	-	(2.116)	3.972	83.422	2.306	(85.261)	-	(2.321)	2
Depreciação acumulada	-	(80.419)	(348.344)	(58.348)	(27.382)	-	(6.895)	(156)	(521.544)
Valor residual	5.704	49.053	276.002	35.321	-	22.149	3.827	441	392.497
Taxa anual de depreciação	-	7% a 10%	4% a 20%	Prazo contratos	33%	-	10%	Indefinida	

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2020, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados e intangível.

16. Intangível

	Controladora					
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Outros
Saldos em 1º de janeiro de 2019	81.439	77.325	8.910	2.293.606	-	955
Adições	-	29.892	-	378.269	-	-
Softwares destinados à integralização de capital da Ame Digital	-	-	-	(40.167)	-	-
Capitalização de juros (i)	-	-	-	39.527	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(52.940)	(1.320)	(328.600)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	81.439	54.277	7.590	2.342.635	-	955
Adições	-	83.847	-	391.557	-	-
Capitalização de juros (i)	-	-	-	25.775	-	-
Transferências	-	(63)	-	63	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(58.341)	(1.320)	(379.825)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	81.439	79.720	6.270	2.380.205	-	955
Saldos em 31 de dezembro de 2019:						
Custo total	135.305	240.690	16.500	3.960.605	21.060	955
Amortização acumulada	(53.866)	(186.413)	(8.910)	(1.617.970)	(21.060)	-
Valor residual	81.439	54.277	7.590	2.342.635	-	955
Saldos em 31 de dezembro de 2020:						
Custo total	135.305	324.537	16.500	4.377.937	21.060	955
Amortização acumulada	(53.866)	(244.754)	(10.230)	(1.997.795)	(21.060)	-
Valor residual	81.439	79.783	6.270	2.380.142	-	955
Taxa anual de amortização	Indefinida	Prazo contratos	8%	10% a 16,67%	5,26%	Indefinida

	Consolidado					
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	553.847	100.717	8.910	2.294.055	-	2.966.256
Adições	-	30.677	-	379.826	-	411.118
Baixas	-	-	-	(40.167)	-	(40.167)
Capitalização de juros (i)	-	-	-	39.527	-	39.527
Baixas na venda de empresas controladas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(54.086)	(1.320)	(329.437)	-	(384.990)
Mais valia – BIT Services	(889)	-	-	-	-	(889)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	552.958	77.308	7.590	2.343.804	-	2.990.855
Adições	-	83.949	-	395.957	-	480.110
Baixas	-	(147)	-	-	-	(174)
Ágio Supermercado Now	28.060	-	-	-	-	28.060
Capitalização de juros (i)	-	-	-	25.775	-	25.775
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(57.218)	(1.320)	(383.538)	-	(442.297)
Valor Justo de ativos adquiridos	-	-	-	12.485	-	12.485
Mais valia – BIT Services	(815)	-	-	-	-	(815)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	580.203	103.892	6.270	2.394.483	-	3.093.999
Saldos em 31 de dezembro de 2019:						
Custo total	614.963	352.931	16.500	4.025.835	21.060	5.047.066
Baixas na venda de empresas controladas	(2.356)	(38.695)	-	(48.952)	-	(91.019)
Transferências	-	(2)	-	-	-	(2)
Amortização acumulada	(59.649)	(236.926)	(8.910)	(1.633.079)	(21.060)	(1.965.190)
Valor residual	552.958	77.308	7.590	2.343.804	-	2.990.855
Saldos em 31 de dezembro de 2020:						
Custo total	643.023	436.733	16.500	4.460.052	21.060	5.593.322
Baixas na venda de empresas controladas	(2.356)	(38.695)	-	(48.952)	-	(91.019)
Transferências	-	(2)	-	-	-	(2)
Amortização acumulada	(60.464)	(294.144)	(10.230)	(2.016.617)	(21.060)	(2.408.302)
Valor residual	580.203	103.892	6.270	2.394.483	-	3.093.999
Taxa anual de amortização	Indefinida	Prazo contratos	8%	10% a 16,67%	5,26%	Indefinida

(i) A taxa média ponderada do CDI dos empréstimos captados pela Companhia no exercício findo em dezembro de 2020 foi de 175,1% e em dezembro de 2019, 124,00%.

(a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia o ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*), sendo a última avaliação efetuada no exercício de 31 de dezembro de 2020. Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, com taxa de crescimento de 3,2% para a perpetuidade, e utilizando uma taxa de desconto *pre-tax* de 9,29 % para descontar os fluxos de caixa futuros estimados, além de mais ou menos valia dos ativos e passivos em combinação de negócios.

O modelo de negócios adotado pela Companhia corresponde a uma estrutura verticalizada, desta forma, os saldos consolidados representam de forma mais adequada a única unidade geradora de caixa (UGC), vide nota 2.4, sendo esta considerada para o teste de *impairment*, não havendo impacto em eventual resultado negativo das investidas.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das participações societárias estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura e a companhia monitorou as premissas utilizadas e não identificou indicativos de perda.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ágios apurados nas aquisições em investimentos estavam representados da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	2020			2019	2020			2019
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos								
TV Sky Shop	135.305	(53.866)	81.439	81.439	135.305	(53.866)	81.439	81.439
SuperNow	-	-	-	-	28.060	-	28.060	-
BIT Services	-	-	-	-	264.881	(8.647)	256.234	257.049
Mesaexpress	-	-	-	-	310	(307)	3	3
Click Rodo	-	-	-	-	19.426	-	19.426	19.426
Direct	-	-	-	-	195.038	-	195.038	195.038
BFF Logística	-	-	-	-	3	-	3	3
	135.305	(53.866)	81.439	81.439	643.023	(62.820)	580.203	552.958

(b) Desenvolvimento de websites e sistemas

Representam gastos com plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

Seguindo sua trajetória de inovação, a B2W continua investindo em novas funcionalidades com o objetivo, principalmente, de melhorar a experiência de compra, aumentar a taxa de conversão e reforçar o posicionamento das marcas, além de implementar novas funcionalidades operacionais da Companhia.

A Companhia utilizou as mesmas premissas no item (a) acima para o teste de *impairment* do ativo intangível e não identificou necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos.

(c) Direito de uso de lavra

A Companhia readquiriu da LASA o montante de R\$ 16.500 referente à utilização da lavra em meios de telecomunicação (internet, televendas, entre outros), oriundo da finalização da parceria entre LASA e a Itaú Unibanco Holding S.A. e registrou o referido montante como ativo intangível.

17. Ativos e Passivos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possui contratos classificados como de arrendamento para as suas unidades comerciais, de logística e administrativa.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente pelas taxas projetadas e prazos previstos nesses contratos de arrendamento, sendo este o exercício não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se o Grupo estiver razoavelmente certa de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovatória em conformidade com políticas internas do Grupo.

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

(a) Direito de uso de imóveis - Arrendamento

	Controladora			Consolidado		
	2020		2019	2020		2019
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Direito de uso de imóveis	345.535	(125.898)	219.637	396.022	(149.390)	246.632
	345.535	(125.898)	219.637	396.022	(149.390)	246.632

Movimentação do direito de uso de imóveis dos arrendamentos no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo líquido no início do exercício	210.796	197.783	252.158	244.241
Adições/Baixas	91.705	75.115	91.994	85.259
Depreciação	(82.864)	(62.102)	(97.520)	(77.342)
Saldo líquido no final do exercício	219.637	210.796	246.632	252.158

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Arrendamentos a pagar	289.676	291.175	323.526	347.137
Juros sobre arrendamento	(34.998)	(51.268)	(38.014)	(57.742)
	254.678	239.907	285.512	289.395
Parcela do circulante	77.047	62.062	90.434	79.648
Parcela do não circulante	177.631	177.845	195.078	209.747

Movimentação dos arrendamentos no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo líquido no início do exercício	239.907	227.583	289.395	279.715
Adições/Baixas	88.932	69.088	85.322	79.421
Pagamentos (*)	(93.720)	(75.498)	(111.238)	(92.788)
Juros apropriados	19.559	18.734	22.033	23.047
Saldo líquido no final do exercício	254.678	239.907	285.512	289.395

(*) - A Companhia em conformidade com a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual autoriza em caráter excepcional, alterações em decorrência de benefícios obtidos em contratos de arrendamento relacionados à Covid-19, reconheceu no resultado do exercício a importância de R\$ 1.064 na controladora e no consolidado, com origem nas parcelas fixas dos contratos negociadas junto aos arrendatários.

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Nominal	Ajustado a Valor Presente	Nominal	Ajustado a Valor Presente	Nominal	Ajustado a Valor Presente	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	289.676	254.678	291.175	239.907	323.526	285.512	347.137	289.395
PIS/COFINS potencial (9,25%)	26.795	23.558	26.934	22.191	29.926	26.410	32.110	26.769

(c) “Misleading” provocado pela plena aplicação do CPC 06 (R2)

Para cálculo do custo do ativo de direito de uso de imóveis e do valor do passivo de arrendamento, o Grupo utilizou a taxa de juros incremental nominal para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos.

Conforme requerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, o Grupo efetuou o recálculo, utilizando as mesmas bases, descontando a taxa de juros incremental real do fluxo real de pagamentos.

Apresentamos abaixo os efeitos, não materiais, apurados considerando-se as metodologias de cálculo praticadas pelo Grupo e a exigida pelo Ofício circular:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivo de Arrendamento				
Fluxo Real x Taxa Nominal	254.678	239.907	285.512	289.395
Fluxo Real x Taxa Real	271.669	264.729	304.304	317.349
	16.991	24.822	18.792	27.954
Direito de uso				
Fluxo Real x Taxa Nominal	219.637	210.796	246.632	252.158
Fluxo Real x Taxa Real	242.603	240.823	272.194	286.557
	22.966	30.027	25.562	34.399
Despesa Financeira				
Fluxo Real x Taxa Nominal	(19.559)	(18.734)	(22.033)	(23.047)
Fluxo Real x Taxa Real	(11.090)	(11.028)	(12.087)	(13.443)
	8.469	7.706	9.946	9.604
Despesa de Depreciação				
Fluxo Real x Taxa Nominal	(82.864)	(62.102)	(97.520)	(77.342)
Fluxo Real x Taxa Real	(89.923)	(68.634)	(105.829)	(85.404)
	(7.059)	(6.532)	(8.309)	(8.062)

(c.1) Comparação Taxa Real x Taxa Nominal

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo Real x Taxa Nominal (i)	6,02%	7,49%	6,83%	7,65%
Fluxo Real x Taxa Real (i)	2,24%	2,91%	2,83%	3,13%
	-3,78%	-4,58%	-4,00%	-4,52%

(i) Média das taxas de desconto utilizadas nos anos de 2020 e 2019.

(d) Compromissos assumidos – Contratos de locação

O Grupo mantém Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças para todos os seus imóveis, com vencimentos a curto e longo prazo, cujo aluguel é atualizado anualmente com base, principalmente, nos índices IGP-M e IPCA.

Foram enquadrados como passivo de arrendamento, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 os valores de aluguel previstos nos contratos com vigência superior a 12 meses. O aluguel correspondente aos contratos de curto prazo continua sendo reconhecido, por competência, como despesa de ocupação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo incorreu em despesas de aluguéis de contratos de curto prazo e outras relacionadas aos imóveis o montante de R\$ 4.024 (R\$ 16.976 em 31 de dezembro de 2019). E os compromissos futuros, relacionados a esses contratos totalizam R\$ 6.262 (R\$ 5.392 em 31 de dezembro de 2019).

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros	4.202.946	2.985.104	4.340.291	3.078.444
Acordos comerciais	(243.306)	(304.121)	(243.306)	(304.121)
Ajuste a valor presente (nota 2.15)	(28.882)	(15.741)	(28.882)	(15.741)
	3.930.758	2.665.242	4.068.103	2.758.582

Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

19. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Em moeda nacional						
Capital de giro	114,0% CDI a 124,0% CDI	20.12.2027	2.611.945	4.340.300	2.678.562	4.407.439
Capital de giro	CDI + 3,7%	27.05.2022	653.293	-	653.293	-
BNDES (i)	TJLP a TJLP + 2,9% a.a.	15.09.2022	5.589	8.816	5.589	8.816
BNDES (i)	TLP a TLP + 2,5% a.a.	15.06.2026	403.939	459.194	403.939	459.194
BNDES (i)	SELIC + 2,5% a.a a 2,9% a.a.	15.06.2026	41.163	48.333	41.163	48.333
BNDES (i)	PSI 6,0% a.a.	15.09.2021	97	358	97	358
FINEP (iv)	4,0% a.a.	15.12.2020	-	56.732	-	56.732
FINEP (iv)	TJLP + 3,0% a.a.	15.05.2024	44.057	57.003	44.057	57.003
Cotas FIDC (v)	106,5% do CDI	14.02.2024	270.625	448.982	270.625	448.982
Em moeda estrangeira (iii)						
Capital de giro (ii)	US\$ + 5,879% a.a.	27.08.2021	-	296.368	-	296.368
Operações de swap (ii)	118,9% CDI	27.08.2021	-	9.262	-	9.262
Bonds (ii)	US\$ + 4,375% a.a.	20.12.2030	-	-	2.609.718	-
Operações de swap (US\$) (ii)	IPCA + 6,90% a 7,02% a.a.	20.12.2030	-	-	262.504	-
Capital de giro (ii)	€ + 2,1% a 2,3% a.a.	18.01.2023	695.682	494.128	695.682	494.128
Operações de swap (ii)	121,9% CDI a 122,6% CDI	18.01.2023	(191.670)	16.803	(191.670)	16.803
Custo com captações (IOF e outras)			(84.729)	(69.256)	(102.555)	(70.292)
			4.449.991	6.167.023	7.371.004	6.233.126
Parcela do circulante			415.097	1.300.545	429.058	1.320.955
Parcela do não circulante			4.034.894	4.866.478	6.941.946	4.912.171

(i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em tecnologia da informação, implantação de centro de distribuição, aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos em projeto social), PEC (Capital de Giro), BNDES Automático e "Cidadão conectado - Computador para todos".

(ii) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap (nota 4).

(iii) Captação consoante a Resolução nº 4.131 do Banco Central do Brasil (BACEN).

(iv) Financiamentos da FINEP com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.

(v) Representa o saldo das cotas emitidas pelos FIDC's (nota 8 (a, b e c)).

(b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	6.576.600	6.644.019
Captação	2.168.982	2.215.282
Amortização principal	(2.631.976)	(2.679.936)
Amortização juros	(484.958)	(489.459)
Encargos financeiros	538.375	543.220
Em 31 de dezembro de 2019	6.167.023	6.233.126
Captação	974.208	3.665.308
Amortização principal	(2.636.317)	(2.653.469)
Amortização juros	(282.377)	(284.132)
Marcação a mercado derivativos	-	165.432
Encargos financeiros	227.454	244.739
Em 31 de dezembro de 2020	4.449.991	7.371.004

(c) Empréstimos e financiamentos não circulantes por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	419.680	-	419.680
2022	402.565	266.960	446.782	266.960
2023	899.144	578.361	917.412	624.054
2024	2.380.164	3.232.918	2.378.435	3.232.918
2025	86.667	89.127	84.938	89.127
2026	62.052	64.624	60.323	64.624
2027 em diante	204.302	214.808	3.054.056	214.808
	4.034.894	4.866.478	6.941.946	4.912.171

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants e Cross Default*) constantes de alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas informações consolidadas de sua controladora. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 todos os índices estavam atendidos.

(d) Garantias

Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado estão garantidos por cartas de fiança no valor de R\$ 494.849 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 630.436 em 31 de dezembro de 2019).

(e) Linhas de crédito disponíveis

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía linhas de crédito com diversas instituições, a fim de utilizá-las nos momentos necessários para conduzir o crescimento orgânico da Companhia.

(f) Emissão de títulos representativos de dívida - Bonds

	B2W Digital Lux (Nota 14 (d) (ii))
Principal captado	2.691.100
Encargos	15.690
Hedge – Fluxo de caixa	165.432
	2.872.222

A controlada direta B2W Digital Lux S. à. r. l., emitiu títulos representativos de dívida – *Bonds*. Após estudos técnicos, em conformidade com o CPC 48 item B6.3.5, e em decorrência dos recursos captados estarem atrelados também à emissão de debentures no Brasil pela sua controladora direta, decidiu classificar a operação na categoria de “*Cash Flow Hedge*”. Essa classificação gerou um impacto líquido de impostos, a débito, no patrimônio líquido da Companhia de R\$ 197.946 no consolidado (Vide nota 4.4).

A decisão tem por objetivo minimizar possíveis riscos financeiros em decorrência das operações possuírem taxas flutuantes em todas as pontas.

20. Debêntures

(a) Composição

	Data de emissão	Vencimento	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
							31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
1ª Emissão privada	22.12.2010	22.12.2022	Privada	200.000	1.000	125,0% CDI	-	200.214	-	200.214
5ª Emissão pública	15.11.2020	15.12.2030	Pública	3.100.000/408.900	1000	IPCA + 6,957%	3.166.613	-	417.686	-
Operações de Swap	15.11.2020	15.12.2030				CDI + 4,072%	(200.669)	-	(24.045)	-
Custo com captações (IOF e outras)							(19.758)	-	(2.606)	-
							2.946.186	200.214	391.035	200.214
						Parcela do circulante	15.858	214	1.897	214
						Parcela do não circulante	2.930.328	200.000	389.138	200.000

(b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2019	200.246	200.246
Amortização de juros	(15.130)	(15.130)
Encargos financeiros	15.098	15.098
Em 31 de dezembro de 2019	200.214	200.214
Captação	3.100.000	408.900
Amortização de principal (i)	(200.000)	(200.000)
Amortização de juros	(5.450)	(5.450)
Marcação a mercado derivativos	(151.906)	(17.419)
Encargos financeiros	3.328	4.790
Em 31 de dezembro de 2020	2.946.186	391.035

(i) Em 24 de Agosto de 2020, a Companhia realizou o resgate antecipado de parte do total das debêntures (nota 13).

(c) Informações sobre as emissões de debêntures:

A seguir são apresentadas as descrições das debêntures emitidas e que estão em vigor em 31 de dezembro de 2020.

Natureza	5ª emissão pública
Data de emissão	15.11.2020
Data de vencimento	15.12.2030
Quantidade emitida	3.100.000
Valor unitário	R\$ 1.000
Encargos financeiros anuais	IPCA + 6,957%
Conversibilidade	Simplex, não conversíveis em ações
Tipo e forma	Nominativas e escriturais
Amortização do valor principal	Integral na data do vencimento
Pagamento dos juros remuneratórios	15 de junho e 15 de dezembro de cada ano
Espécie	Quirografia
Garantias	Não possui
Repactuação	Não haverá repactuação das Debêntures

21. Contas a pagar - Combinação de Negócios

Com o objetivo de expansão dos negócios e de acordo com o plano estratégico, a Companhia adquiriu empresas com operações ligadas a serviços digitais. Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a SuperNow Portal e Serviços de Internet Ltda. (nota 14 (d)). E entre 2013 e 2015 foram adquiridas 19 empresas que atuam nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações e serviços de comércio eletrônico, consultoria em inteligência de clientes e produtos, além de duas das principais transportadoras especializadas em *e-commerce* do Brasil. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar referente às aquisições destas empresas é de R\$ 14.444 na controladora e no consolidado.

	Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
BIT Services	-	-	-	8.092
SuperNow	1.234	-	1.234	-
	1.234	-	1.234	8.092

	Não Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
SuperNow	13.210	-	13.210	-
	13.210	-	13.210	-

22. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	58.255	69.293	65.042	76.634
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.290	993	2.365	1.140
Imposto sobre Serviços (ISS)	5.872	5.501	7.008	6.668
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	14.176	8.081	18.295	15.951
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	1.254	1.033
Outros	1.171	1.356	4.340	5.504
	81.764	85.224	98.304	106.930

23. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido pelo departamento jurídico interno e por advogados externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança. Os depósitos judiciais realizados no exercício, controladora e consolidado, basicamente decorrem de recursos em processos tributários em tramitação na esfera federal.

(a) Depósitos Judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depósitos Judiciais	118.905	90.350	120.755	90.543

Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2019	66.068	66.084
Adições	47.213	47.648
Reversão	(22.931)	(23.189)
Em 31 de dezembro de 2019	90.350	90.543
Adições	38.709	45.933
Reversão	(10.154)	(15.721)
Em 31 de dezembro de 2020	118.905	120.755

(b) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fiscais	3.648	3.515	33.241	32.355
Trabalhistas	17.987	16.169	84.905	72.639
Cíveis	35.744	36.371	43.077	43.704
	57.379	56.055	161.223	148.698

Fiscais

Referem-se substancialmente, a processo por auto de infração lavrado para cobrança de suposto débito de ICMS.

Trabalhistas

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outras.

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2020, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Movimentação da provisão para contingências:

				Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.410	7.710	43.632	53.752
Adições	1.105	15.063	681	16.849
Reversão	(89)	(2.876)	(4.380)	(7.345)
Pagamentos	-	(3.839)	(7.351)	(11.190)
Atualizações	89	111	3.789	3.989
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.515	16.169	36.371	56.055
Adições	133	18.846	4.105	23.084
Reversão	(925)	(11.673)	(1.426)	(14.024)
Pagamentos	-	(5.473)	(5.466)	(10.939)
Atualizações	925	118	2.160	3.203
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.648	17.987	35.744	57.379

				Consolidado
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	37.114	61.775	50.965	149.854
Adições	1.105	16.565	833	18.503
Reversão	(5.953)	(1.704)	(3.831)	(11.488)
Pagamentos	-	(4.151)	(8.052)	(12.203)
Atualizações	89	154	3.789	4.032
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.355	72.639	43.704	148.698
Adições	3.750	33.083	4.223	41.056
Reversão	(3.789)	(10.907)	(1.053)	(15.749)
Pagamentos	-	(10.207)	(5.957)	(16.164)
Atualizações	925	297	2.160	3.382
Saldos em 31 de dezembro de 2020	33.241	84.905	43.077	161.223

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possui demandas administrativas e judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista classificados pelos assessores jurídicos como “perdas possíveis” e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. O montante aproximado dos processos é de R\$ 889.916 (R\$ 824.225 em 31 de dezembro de 2019) na controladora e R\$ 1.256.112 (R\$ 1.148.198 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado.

A variação em relação a 2019 é fruto da atualização monetária, mudança de perspectivas, de novos processos iniciados no exercício e daqueles que se encerraram no mesmo exercício.

Dentre as principais ações de natureza tributárias classificadas como “perdas possíveis”, destacamos:

- (i) o auto de infração lavrado para a cobrança de débito de IRPJ e CSLL decorrente de aproveitamento supostamente indevido de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, uma vez que não observado o limite de 30% para realização da compensação, no valor aproximado de R\$ 81.417; e
- (ii) autos de infração decorrente da atribuição da responsabilidade pelo pagamento de multa, no valor aproximado de R\$ 559.593.

24. Receita Antecipada

A B2W firmou em 18 de outubro de 2013, Contrato de Acordo Comercial Seguro de Garantia Estendida com a seguradora CARDIF do Brasil Seguros e Garantias S.A., com interveniência da TRR Securitiz Corretora de Seguros Ltda., e da Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada LTDA., com o objetivo de explorar a oferta de Garantia Estendida, das compras realizadas pelos clientes através dos canais de venda da Companhia.

O valor total recebido a título de receita antecipada foi de R\$ 35.000, foi totalmente apropriado até novembro de 2020.

A B2W firmou em 22 de dezembro de 2020, Contrato de Acordo Operacional de Representante de Seguros com a seguradora MAPFRE Seguros Gerais S.A., com o objetivo de explorar a oferta de Produtos de Seguro de Garantia Estendida e Roubo e Furto, das compras realizadas pelos clientes através dos canais de venda da Companhia. Por conta desse contrato, a B2W recebeu a título de receita antecipada a importância de R\$ 95.472 que será apropriado ao resultado mediante cumprimento de metas.

Os valores recebidos e ainda não apropriados estão contabilizados, no passivo, nas rubricas "Outros passivos circulantes" e "Outros passivos não circulantes".

Adiantamento recebido	130.472
Apropriado em 2013 a 2017	(26.243)
Apropriado em 2018	(1.820)
Apropriado em 2019	(1.716)
Apropriado em 2020	(5.221)
A apropriar	95.472
Parcela do circulante	86.659
Parcela do não circulante	8.813

25. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é representado por 559.858.093 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal (523.229.262 ações, em 31 de dezembro de 2019).

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	2020	2019
Lojas Americanas S.A	349.791.945	321.376.659
Administradores	8.516.853	7.168.400
Outros acionistas ("free floating")	201.549.295	194.684.203
	559.858.093	523.229.262
Lojas Americanas S.A.	62,48%	61,42%
Não controladores	37,52%	38,58%

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	Ordinárias nominativas	Saldo (em milhares de reais)
Em 31 de dezembro de 2019	523.229.262	8.289.558
Homologação aumento de capital - Subscrição privada	34.782.609	4.000.000
Aumento de Capital – Plano de Opção de compra de ações - recursos financeiros	320.231	19.871
Aumento de Capital – Plano de Opção de compra de ações - capitalização de reservas	1.525.991	31.222
Em 31 de dezembro de 2020	559.858.093	12.340.651

Em reuniões da Administração, realizadas em 03 de julho de 2020, 21 de setembro de 2020 e 10 de dezembro de 2020, foi aprovado o aumento de capital com a emissão de 1.476.199, 34.927.067 e 225.565 ações ordinárias respectivamente, sendo 34.782.609 integralizadas por subscrição privada, 320.231 integralizadas por subscrição de novas ações e 1.525.991 integralizadas por capitalização de reservas, concedidas nos termos do Plano de Ações aprovado pela Assembleia Geral de 31 de agosto de 2012.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

26. Pagamento baseado em ações

A Companhia disponibiliza, aos seus administradores e empregados, planos de subscrição de ações, sendo estes baseados no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia “Plano de Opção”, aprovado pela Assembleia Geral de 31 de agosto de 2012 e posteriores aditamentos e o Plano de Incentivo com Ações Restritas “Plano de Ações Restritas”, aprovado na Assembleia de Acionistas realizada em 30 de abril de 2018.

Os principais objetivos dos programas são o de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, além de manter os serviços de executivos e empregados de alto nível, oferecendo como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia.

O limite máximo para outorga de concessão de opções na forma do Plano de Opção é compartilhado com o limite do Plano de Ações Restritas. Desta forma, o Plano de Ações Restritas e o Plano de Opção estarão limitados, em conjunto, a 5% do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e ainda não exercidas no âmbito do Plano de Opção, bem como as ações restritas que ainda não tenham sido efetivamente transferidas aos Beneficiários.

(i) Plano de Opção (2015 e 2016):

Os programas atualmente em vigor preveem opções compostas por dois lotes observadas determinadas condições, dentre elas, que o Beneficiário deverá destinar um determinado percentual do bônus a ele atribuído pela Companhia, para o exercício, parcial ou integral, das Opções que compõem o Lote A e o Lote B. As Opções do Lote A e as Opções do Lote B dão direito à aquisição de uma determinada quantidade de ações, conforme abaixo: Lote A: Cada Opção do Lote A dá direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia. Lote B: Cada Opção do Lote B dá direito à aquisição de até quatro ações ordinárias de emissão da Companhia.

Uma vez exercidas as Opções, seja do Lote A ou do Lote B, e na data do exercício, a Companhia disponibilizará ao Beneficiário uma Ação para cada Opção do Lote A e uma Ação para cada Opção do Lote B. As demais quatro Ações que compõem cada Opção do Lote B serão entregues após um prazo de carência de 60 meses contados da data do respectivo Programa.

A regra geral do Plano de Opção é que o preço de exercício deverá ser estabelecido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, utilizando-se a média dos preços de fechamento das ações negociadas na B3, em um determinado período anterior à data da concessão da opção.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão determinar, quando do lançamento do Programa, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de exercício. Especificamente em relação aos programas atualmente em vigor, o preço de exercício de cada opção do Lote A e do Lote B corresponde à cotação média das ações de emissão da Companhia nos últimos 22 pregões da B3.

Adicionalmente, os Beneficiários do Plano, enquanto titulares de ações da Companhia, passam a fazer jus ao recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio a partir do momento de exercício das opções.

Programa	2016	2015	2015	2015
Data reunião Comitê de Administração - Aprovação do Programa	10/03/2016	11/06/2015	11/06/2015	10/03/2015
Quantidade de Ações ON Outorgados	2.845.194	476.807	177.474	1.357.147
Início do período de <i>vesting</i>	abr/16	jul/15	jul/15	abr/15
Final do período de <i>vesting</i>	mar/21	jun/20	jun/20	mar/20
Valor de subscrição da ação na data da outorga	8,46	11,87	17,37	18,41
Valor de exercício da ação - preço médio conforme estabelecido em cada programa	9,40	25,82	25,82	20,46
Número de ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas pós-período de <i>vesting</i>	3.284.484	-	-	-
Data de outorga	09/08/2016	01/07/2015	11/06/2015	05/06/2015
Período de <i>vesting</i>	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses

(ii) Plano de Opção e Plano Ações Restritas (2018-2020):

O programa aprovado em 2018 prevê que o Beneficiário poderá optar por exercer as Opções destinando parte de seu Bônus. Cada Opção exercida dará direito à aquisição de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia ("Ação").

Adicionalmente, para os Planos de 2018, 2019 e 2020 o Conselho de Administração poderá outorgar Ações Restritas no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado pela Assembleia Geral de 2018, e poderá condicionar a elegibilidade e/ou efetiva participação do respectivo Beneficiário neste Plano de Ações Restritas ao efetivo exercício de opções outorgadas no âmbito de tais planos ou programas. As Ações Restritas serão entregues após um prazo de carência a se encerrar em 5 (cinco) anos contados da data do Programa.

Plano	2020	2019	2018
Data reunião Comitê de Administração - Aprovação do Programa	28/02/2020	31/05/2019	07/03/2018
Quantidade de ações ON outorgados	268.835	474.612	444.065
Início do período de <i>vesting</i>	jul/20	ago/19	out/18
Final do período de <i>vesting</i>	jun/25	jul/24	set/23
Valor de subscrição da ação na data da outorga	70,01	33,72	22,70
Número de ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas pós-período de <i>vesting</i>	352.605	819.771	681.476
Data de outorga	30/06/2020	09/08/2019	10/10/2018
Período de <i>vesting</i>	60 meses	60 meses	60 meses

Os custos de remuneração dos executivos provenientes dos planos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 22.137 registrados em outras despesas operacionais (R\$ 22.760 em 31 de dezembro de 2019) e contrapartida registrada em reserva de capital. Os custos de remuneração dos programas a serem reconhecidos (de 2021 a 2025) pelo *vesting period* dos planos, considerando as premissas utilizadas, totalizam aproximadamente R\$ 60.463.

27. Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta com vendas	10.276.057	7.312.925	10.533.479	7.458.928
Receita bruta com serviços	2.361.404	1.603.432	2.569.058	1.814.619
Devoluções/descontos incondicionais	(496.905)	(891.305)	(506.435)	(916.155)
(-) Impostos sobre vendas/serviços	(2.351.951)	(1.497.647)	(2.471.755)	(1.589.410)
Receita Líquida	9.788.605	6.527.405	10.124.347	6.767.982

28. Despesas por natureza

O Grupo optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<u>Vendas</u>				
Pessoal	(304.092)	(267.269)	(319.547)	(286.266)
Ocupação	(11.182)	(21.264)	(14.845)	(27.042)
Suprimentos	(28.862)	(21.342)	(31.457)	(24.653)
Tarifas e comissões	(390.999)	(255.676)	(393.208)	(255.718)
Distribuição	(376.618)	(278.876)	(33.047)	(37.113)
Outras (i)	(864.968)	(460.368)	(913.874)	(489.968)
Total Despesas com vendas	(1.976.721)	(1.304.795)	(1.705.978)	(1.120.760)
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal	(75.390)	(58.824)	(104.937)	(94.443)
Ocupação	(1.773)	(2.707)	(8.000)	(6.362)
Honorários da Administração	(10.244)	(9.224)	(10.244)	(9.224)
Depreciação e amortização	(577.267)	(499.321)	(597.909)	(519.745)
Outras (ii)	(59.364)	(58.636)	(108.263)	(107.128)
Total Despesas Gerais e administrativas	(724.038)	(628.712)	(829.353)	(736.902)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(67.890)	(45.701)	(75.593)	(46.597)

- (i) O incremento refere-se, principalmente, ao investimento em mídia *on* e *offline* e serviços terceirizados de atendimento a clientes, relacionado ao crescimento da Companhia.
- (ii) Referem-se, principalmente, a honorários advocatícios, serviços de assessoria e consultoria e indenizações judiciais.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	181.212	321.875	186.184	334.252
Descontos financeiros obtidos	1.170	-	3.599	3.323
Ajuste a valor presente de contas a receber	158.633	196.125	158.633	196.125
Outras receitas financeiras	188	285	227	728
Total receita financeira	341.203	518.285	348.643	534.428
Juros e variação monetária dos financiamentos e antecipação dos recebíveis	(549.864)	(848.619)	(553.500)	(854.863)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(141.923)	(157.466)	(141.923)	(157.466)
Outras despesas financeiras	(48.016)	(47.738)	(61.363)	(65.403)
Total despesa financeira	(739.803)	(1.053.823)	(756.786)	(1.077.732)
Encargos de arrendamento	(19.559)	(18.734)	(22.033)	(23.047)
Resultado financeiro	(418.159)	(554.272)	(430.176)	(566.351)

30. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do prejuízo diluído por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas potenciais ações ordinárias dilutivas.

	Controladora	
	2020	2019
Numerador		
Prejuízo do exercício	(210.758)	(318.238)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada de número de ações em circulação	533.745	470.004
Prejuízo líquido por ação básico	(0,3949)	(0,6771)
Denominador (em milhares de ações) diluído		
Média ponderada de número de ações em circulação	539.155	475.605
Prejuízo líquido por ação diluído	(0,3909)	(0,6691)

31. Cobertura de seguros - Não auditado

O Grupo mantém apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Importância segurada	
	2020	2019	2020	2019
Risco cobertos				
Responsabilidade Civil Geral e D&O (i)	90.000	90.000	14.426.578	11.927.034
Danos Materiais	1.203.515	1.571.205	1.378.090	1.758.536
Perdas e Danos	119.901	198.117	138.705	228.186
Responsabilidade Civil em Transporte em Internacional	-	-	US\$ 120.000	US\$ 200.000

- (i) Adicionalmente a cobertura a frota de veículos estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE");

32. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a remuneração total (salários, bônus e pagamento baseado em ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$36.079 e R\$ 35.256, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

O Grupo não concede benefícios pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de ações descrito na nota 26).

33. Eventos subsequentes

Em fato relevante divulgado em 19 de fevereiro de 2021, B2W – Companhia Digital (“B2W”) e sua Controladora Lojas Americanas S.A. (“Americanas”) ou quando mencionada em conjunto com Americanas, “Universo Americanas” ou “Companhias” informam que seus respectivos Conselhos de Administração aprovaram que se estude uma potencial combinação operacional de seus negócios (“Transação”) com o objetivo de maximizar a experiência do cliente em uma nova jornada de criação de valor do Universo Americanas.

Para tanto, o conselho de administração da B2W determinou a formação de comitê especial independente, composto exclusivamente por seus três conselheiros independentes, em cumprimento às disposições do Termo de Voto e Outras Avenças e na forma e para os fins do Parecer de Orientação nº 35/08.

O comitê independente de B2W, apoiado pelos assessores que vier a contratar, conforme a sua conveniência, negociará com a administração da Americanas a estrutura e demais termos e condições da Transação, e submeterá suas recomendações ao conselho de administração da B2W. Uma vez encerradas as negociações, as Companhias divulgarão novo fato relevante ao mercado.

* * *